

1 **Transcrição da Ata da 35ª Reunião Ordinária do**  
2 **Conselho Estadual de Recursos Hídricos,**  
3 **realizada on-line, no dia 27 de Outubro de 2021,**  
4 **presidida pela Sra. Fabiana Campos - Presidente**  
5 **Ad hoc, e Secretariada pela Sra. Larisseane de**  
6 **Souza Ribeiro - Secretária Executiva Ad hoc.**

7 A Sra. Secretária Executiva:- Bom dia a todos e todas. Meu nome é Larisseane,  
8 trabalho aqui na Secretaria Executiva junto ao João. Acredito que essa é a primeira  
9 reunião on-line do CERH, do pleno. A gente já teve algumas reuniões da CTIns on-line,  
10 mas do pleno acredito que seja a primeira, se não me engano.

11 Então, em substituição à nossa lista de assinatura que a gente sempre teve para  
12 comprovar tanto o quórum quanto a presença de todo mundo que participa, a gente vai  
13 chamar o nome de cada Conselheiro e quando eu chamar vou pedir que se apresente,  
14 confirmando a instituição e o nome completo. Vou começar a chamada aqui. Fabiana  
15 Cristina de Campos.

16 A Sra. Fabiana Cristina de Campos:- Bom dia. Fabiana Campos, Diretora-Geral,  
17 neste momento representando o Secretário de Estado, Márcio Nunes.

18 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Secretaria de Saúde, Ivana Lúcia  
19 Belmonte ou Alana Flemming. Tem algum representante da Secretaria de Saúde? (Pausa).  
20 Pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, Antônio Ricardo Lorenzon ou José  
21 Tarciso Fialho.

22 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Lorenzon, Secretaria de  
23 Estado da Agricultura e do Abastecimento.

24 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Lorenzon. Pela Secretaria de  
25 Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, Paulo César Cardoso de Oliveira ou Nelson  
26 Brito Guimarães. (Pausa). Algum representante da SEDU? (Pausa). Pela Secretaria de  
27 Estado da Educação e do Esporte, Simone Aparecida Ferreira ou Simone Carina Baroni.  
28 Algum representante da Secretaria de Educação? (Pausa). Pela Secretaria de  
29 Infraestrutura e Logística, André Luiz Sérgio ou Rodrigo Luiz Freitag. Algum  
30 representante da SEIL? (Pausa). Pela Secretaria da Fazenda, Rosemeri Bueno Barossi ou  
31 Osmair Tavares da Silva. Nenhum representante da Fazenda? (Pausa). Pela Secretaria de  
32 Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, Fabrício Miyagima ou Nestor  
33 Bragagnolo.

34 O Sr. Conselheiro Fabrício Miyagima:- Bom dia. Fabrício Miyagima, Secretaria  
35 de Estado de Planejamento e Projetos Estruturantes.

36 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Paraná Turismo, João Jacob Mehl  
37 ou Isabella Tioqueta. Algum representante da Paraná Turismo? (Pausa). Pela Casa Civil,  
38 Felipe Flessak ou Eduardo Vinícius Magalhães Pinto. (Pausa). Pela Superintendência  
39 Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professor Jonathan Dieter ou Carlos  
40 Henrique Boscardin Nauiack.

41 O Sr. Conselheiro Jonathan Dieter (SETI):- Bom dia, Jonathan Dieter.

42 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pelo Instituto Água e Terra, Everton Luiz  
43 da Costa Souza.

44 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza:- Bom dia a todos. Everton Luiz  
45 da Costa Souza, presente.

46 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Everton. Pelo Segmento das Águas do  
47 Instituto Água e Terra, José Luiz Scroccaro.

48 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro (IAT):- Bom dia. José Luiz Scroccaro,  
49 presente.

50 A Sra. Secretária Executiva:- Pelo Segmento de Terras, Cartografia e Geologia,  
51 Amilcar Cavalcante Cabral.

52 O Sr. Conselheiro Amilcar Cavalcante Cabral:- Bom dia. Amilcar Cavalcante  
53 Cabral, Instituto Água e Terra, presente.

54 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Procuradoria Geral do Estado, Dr.  
55 Paulo Roberto Glaser ou Dr. Antônio Sérgio Bione Pinheiro.

56 O Sr. Conselheiro Paulo Roberto Glaser (PGE):- Bom dia. Paulo Roberto Glaser,  
57 presente, pela PGE.

58 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Cohapar - Companhia de Habitação  
59 do Paraná, Luís Antônio Werlang ou Rodrigo Felipe Rocha.

60 O Sr. Conselheiro Rodrigo Felipe Rocha (Cohapar):- Bom dia. Rodrigo Felipe  
61 Rocha, presente.

62 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Comec - Coordenação da Região  
63 Metropolitana de Curitiba, Eloir Alberti ou Raphael Rolim de Moura. (Pausa). O Raphael  
64 Rolim de Moura está sem vídeo, mas escuta o nosso áudio. A gente já computou a  
65 presença dele. Pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural -  
66 Emater, Benno Henrique Weigert Doetzer ou Adair Rech.

67 O Sr. Conselheiro Benno Henrique Weigert Doetzer (Emater):- Bom dia, Benno  
68 Doetzer pela Emater, agora IDR.

69 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Assembleia Legislativa do Estado  
70 do Paraná, Tião Medeiros ou algum representante da Assembleia Legislativa? (Pausa).  
71 Pela Prefeitura Municipal de São Manoel do Paraná, Agnaldo Trevisan. Algum  
72 representante da Prefeitura? (Pausa). Algum representante pela Prefeitura de Rebouças?  
73 (Pausa). Algum representante pela Prefeitura de Balsa Nova? (Pausa). Pela Pontifícia  
74 Universidade Católica do Paraná, Rafaela da Silva Limons da Cunha ou Altair Rosa.

75 A Sra. Conselheira Rafaela da Silva Limons da Cunha (PUC):- Bom dia. Rafaela,  
76 da PUC.

77 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Algum representante da Unicentro? Não  
78 indicaram formalmente. (Pausa). Pela Universidade Estadual do Paraná, José Antônio  
79 Demétrio ou José Geraldo da Silva. Algum representante da Unespar? (Pausa). Pela  
80 Universidade Federal do Paraná, Irani dos Santos ou Gustavo Barbosa Athaide.

81 O Sr. Conselheiro Irani dos Santos (UFPR):- Bom dia. Irani dos Santos.

82 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Associação Brasileira de Engenharia  
83 Sanitária e Ambiental - ABES, Pedro Luís Prado Franco. Algum representante da ABES?  
84 (Pausa). Pela Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS, Hermam Vargas  
85 Silva. Algum representante? (Pausa). Pelo Observatório de Justiça e Conservação, Camila  
86 Maia ou Alicia Gurtensten.

87 A Sra. Conselheira Alicia Gurtensten (OJC):- Bom dia. Sou Alicia, Observatório  
88 de Justiça e Conservação.

89 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pelo CEDEA, Guilherme da Silva  
90 Carmassi ou Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição.

91 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presente,  
92 CEDEA, Luiz Arthur.

93 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Companhia de Saneamento do  
94 Paraná - Sanepar, Júlio Cesar ou Fernando Mauro Nascimento Guedes. A gente tem outro  
95 representante.

96 O Sr. Conselheiro Luciano Rodrigues Penido (Sanepar):- Bom dia. Luciano  
97 Rodrigues Penido.

98 O Sr. Conselheiro Júlio Cesar Gonchorosky (Sanepar):- Bom dia. Júlio  
99 Gonchorosky, pela Sanepar também.

100 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Júlio. Pela Paranaguá Saneamento, tem  
101 algum representante? (Pausa). Pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, Mônica  
102 Irion Almeida.

103 A Sra. Conselheira Mônica Irion Almeida (Copel)- Bom dia. Mônica Irion, pela  
104 Copel.

105 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Engie Brasil Energia, José Vicente  
106 Miranda Rescigno.

107 O Sr. Conselheiro José Vicente Miranda Rescigno (Engie):- Bom dia. José  
108 Vicente Rescigno, pela Engie

109 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Prefeitura de Curitiba, Ibson Gabriel  
110 de Campos ou Ana Carolina Schimidlin.

111 O Sr. Conselheiro Ibson Gabriel de Campos (Prefeitura de Curitiba):- Bom dia a  
112 todos. Ibson Gabriel Martins de Campos, pela Prefeitura Municipal de Curitiba. A Ana  
113 também está presente. Só para informar. Ela está numa reunião paralela, mas está  
114 conectada e também participando. Ana Carolina Schimidlin, também Curitiba.

115 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pela Federação das Indústrias do Estado  
116 do Paraná - FIEP.

117 O Sr. Conselheiro Paulo Henrique Quintiliano Moura (FIEP):- Paulo Moura,  
118 presente e o Marcos Pupo Thiesen está numa ligação, mas também estará presente na  
119 reunião.

120 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pelo Sindicato e Organização das  
121 Cooperativas do Estado do Paraná, Sílvio Krinski ou Leonardo Silvestri Szymzak.  
122 Ocepar, algum representante? (Pausa). Pela Federação da Agricultura do Estado do  
123 Paraná - FAEP, Carla Beck ou Bruno Vizioli.

124 A Sra. Conselheira Carla Beck (FAEP):- Carla Beck, Sistema Faep/Senar,  
125 presente.

126 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pelo Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e  
127 Afluentes do Alto Ribeira, Michel Ribas Galvão. (Pausa). Pelo Comitê da Bacia do  
128 Jordão, Oscar Bicca Mespaque. (Pausa). Pelo Comitê da Bacia do Tibagi, Andreia  
129 Aparecida de Oliveira.

130 A Sra. Conselheira Andreia Aparecida de Oliveira:- Andreia Aparecida de  
131 Oliveira, Comitê da Bacia do Tibagi, presente.

132 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Pelo Comitê do Piraponema, Maurício  
133 Aparecido da Silva. (Pausa).

134 Obrigada a todos. Declaro que temos quórum e em seguida já passo a palavra ao  
135 Secretário Márcio Nunes, para fazer a abertura oficial da reunião.

136 O Sr. Secretário Márcio Nunes:- Bom dia a todos. É uma satisfação muito grande  
137 poder estar participando desta reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,  
138 Conselho que já tive oportunidade de presidir quando era Presidente do Instituto das  
139 Águas, que nós criamos inclusive, né Everton, e agora a possibilidade de ter criado o IAT  
140 - Instituto Água e Terra. Então, é uma satisfação muito grande.

141 Cumprimentar a todos, desejar um bom dia. Dizer que a Fabiana Campos,  
142 diretora-geral, vai comandar a nossa reunião. Mas dizer que é uma semana e um mês  
143 extraordinário. O Paraná foi reconhecido pela OCDE como um dos estados mais  
144 sustentáveis do mundo, reconhecimento da OCDE, e o principal, na minha visão, é que  
145 no índice de competitividade entre os estados, o Paraná ficou em primeiro lugar, o número  
146 um. O Paraná hoje é o número um em sustentabilidade ambiental do Brasil. Até outubro  
147 do ano que vem, nós somos o número um. O novo índice sai em outubro do ano que vem,  
148 então vamos fazer um esforço grande, muito grande, para poder fazer com que o Paraná  
149 continue no topo.

150 É muito importante, nós estamos procurando criar uma marca, que é o “Feito no  
151 Paraná Sustentável”, que é uma marca que vai colocar os produtos paranaenses num outro  
152 patamar. Sabemos que o mundo está crescendo, precisa de alimentos, para produzir esses  
153 alimentos precisa de solo e precisa de água, mas o mundo quer comprar produtos que  
154 sejam feitos de forma sustentável.

155 Então, nós estamos cuidando com muito carinho dos quatro pilares do  
156 saneamento: água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, com muito carinho para que a  
157 gente possa realmente mostrar que nós somos sustentáveis. E para você ser sustentável,  
158 não tem outra forma do Estado ser sustentável se seus municípios não forem sustentáveis.  
159 É um trabalho muito forte. Nós temos o Programa Lixo 5.0, que é o programa que cuida  
160 desde a reciclagem e logística reversa, com a plataforma contabilizando resíduos, um  
161 incentivo muito grande para que os municípios possam se consorciar. Um esforço muito  
162 grande do Governo para poder dar os barracões de reciclagem para os municípios fazerem  
163 a reciclagem, mas o município não tem um barracãozinho para fazer a reciclagem, não  
164 têm os equipamentos, não tem a prensa, não tem a balança, não tem a empilhadeira, não  
165 têm as condições.

166 Também montamos o programa que é o Patrulha Ambiental, dentro do Programa  
167 Lixo 5.0, que são caminhões que ajudam a cuidar do meio ambiente. Então, é o caminhão

168 poliguindaste, que é o caminhão o famoso Disk Entulho. Cidade grande tem o Disk  
169 Entulho, cidade pequena não tem. O cidadão vai fazer uma reforma de casa, fica resto de  
170 pedra, tijolo, cimento, caco de telha, prego e na primeira chuva que dá, isso vai para as  
171 bocas-de-lobo, entope, e essa impermeabilização da cidade acaba levando todos esses  
172 resíduos para os nossos rios e comprometendo muito os nossos corpos hídricos.

173 Também estamos fornecendo para os municípios, que não têm 100% de esgoto,  
174 um caminhão que é o caminhão limpa-fossa. Infelizmente, quando não tem 100% de  
175 esgoto, cada vez que a fossa transborda é um problema, contaminação do solo e da água.  
176 Então, é um equipamento também para os municípios poderem cuidar do tratamento dos  
177 seus efluentes, principalmente dos efluentes domésticos. Caminhão-baú para fazer a  
178 reciclagem também, um caminhão-baú que possa carregar os materiais reciclados,  
179 também possível. Um bom caminhão compactador de lixo, porque muitas vezes o  
180 caminhão compactador de lixo do município é o caminhão mais velho que tem na  
181 prefeitura, é o caminhão de lixo, e aí, além de ser furado, sai compactando lixo e  
182 derramando chorume pela cidade inteira; na segunda-feira ele quebra e só fica pronto na  
183 quinta-feira. Aí separou o lixo, ficou o lixo na frente de casa, passou o coletor, cata tudo,  
184 junta e leva embora para o aterro sanitário, que é um aterro para durar dez anos, dura um.

185 E também o caminhão-pipa. Esse foi um o caminhão de sucesso já do ano passado,  
186 foi ajudar a apagar incêndio até no Pantanal, e hoje temos problemas seríssimos com  
187 incêndios florestais e muitas vezes também crise hídrica, o pessoal não tem água pra casa,  
188 na zona rural principalmente, a gente faz atendimento. Então, esse é o Patrulha Ambiental.

189 Não podemos falar em conservação de recursos hídricos sem preservar as nossas  
190 matas ciliares. Temos aí o Programa “Paraná Mais Verde”, que é um programa que já  
191 plantou cinco milhões de mudas de árvores nativas no Paraná. Estamos chamando a  
192 sociedade civil organizada para poder nos ajudar, porque a gente produz, temos que ter  
193 braço e perna para poder plantar. Acho que é o programa número um do Brasil também.  
194 Fomos premiados por isso, é o maior programa de reeducação de áreas degradadas no  
195 Brasil para poder nos ajudar a medir a qualidade da água.

196 Temos o Programa Rio Vivo, um programa de soltura de peixes nativos. Foi feito  
197 um estudo detalhado e feito portarias que disciplina a questão da soltura de cada peixe,  
198 em cada bacia hidrográfica, de acordo com o peixe existente nessa bacia específica.  
199 Lembrando que foi feita uma análise genética desses peixes para não soltar o peixe que  
200 não tem qualidade no corpo hídrico, ao invés de melhorar você pode prejudicar. Então, o  
201 Programa Rio Vivo também é um sucesso. O Programa Energia Sustentável para reduzir

202 as emissões atmosféricas, então é uma série de ações que são necessárias para que  
203 possamos falar em solo e água, né, conservação de solo e água.

204 Lembrando, também, que a fiscalização tem que ser muito efetiva. E hoje, na  
205 fiscalização, nós temos um corpo bem mais robusto do que nós tínhamos dois anos e oito  
206 meses atrás. E o Everton sempre diz, e essa é a verdade mesmo, que talvez a maior política  
207 ambiental do Paraná foi ter conseguido trazer mais de seiscentos funcionários novos para  
208 dentro da instituição: biólogos, geólogos, engenheiros agrônomos, engenheiro civil,  
209 engenheiro florestal, arquitetos. Enfim, tudo aquilo ligada a essa área a gente conseguiu  
210 trazer. E agora, vai dar certo, já deu, finalizou a última fase do nosso concurso público.  
211 Estão ingressando cento e cinquenta pessoas que vêm engrossar nossas fileiras do  
212 Instituto Água e Terra. Cada escritório nosso regional conta hoje com um arsenal de  
213 pessoas e isso fez com que elevasse o sarrafo técnico da instituição.

214 Então, é uma satisfação muito grande poder estar participando, dar boas-vindas e  
215 desejar um bom dia de trabalho, porque eu sei que a reunião é hoje de manhã e hoje à  
216 tarde. É uma satisfação muito grande poder ter estado com vocês. Obrigado. Felicidades.  
217 Fiquem com Deus.

218 A Sra. Presidente:- Agradeço a todas e todos. Passada a abertura, nós vamos agora  
219 apresentar os novos Conselheiros que passam a compor este Conselho Estadual de  
220 Recursos Hídricos.

221 Só para destacar, a Larisseane está conosco hoje conduzindo a reunião. Ela  
222 substitui o João Batista, mas é temporariamente. O João está de férias, a gente precisava  
223 fazer a reunião, não dava para aguardar o retorno dele. Então, o João está de férias,  
224 temporariamente, enquanto o João está de férias, a Larisseane fará a Secretaria Executiva  
225 deste Conselho.

226 Então, passo, Lari, para você a palavra para fazermos a chamada, para podermos  
227 dar a posse aos novos Conselheiros.

228 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Diretora. Como é de conhecimento da  
229 maioria de vocês, a gente teve a reposição, a gente já fez a chamada para registro e agora  
230 não é necessário que vocês respondam, a gente só vai fazer a leitura dos nomes. E eu  
231 gostaria só de registrar que o Ibson está também como Presidente do Comitê da Bacia do  
232 Alto Iguaçu e Afluentes.

233 Então, pela Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Márcio  
234 Nunes e Fabiana de Campos; pela Secretaria de Estado de Saúde, Ivana Lúcia Belmonte  
235 e Alana Flemming; pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, Antônio

236 Ricardo Lorenzon e José Tarciso Fialho; pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e  
237 Obras Públicas, Paulo Cesar Cardoso de Oliveira e Nelson Brito Guimarães; pela  
238 Secretaria de Educação e do Esporte, Simone Aparecida Ferreira e Simone Carina Baroni;  
239 pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, André Luiz Sérgio e Rodrigo Luiz Freitag;  
240 pela Secretaria de Estado da Fazenda, Rosemeri Bueno Barossi e Osmair Tavares da  
241 Silva; pela Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes, Fabrício Miyagima e  
242 Nestor Bragagnolo; pela Paraná Turismo, João Jacob Mehl e Isabella Tioqueta; pela Casa  
243 Civil, Felipe Fressak e Eduardo Vinícius Magalhães Pinto; pelo Instituto Água e Terra,  
244 Everton Luiz da Costa Souza; pelo Segmento das Águas, José Luiz Scroccaro; pelo  
245 Instituto de Terras, Cartografia e Geologia, Amilcar Cavalcante Cabral e Luciano  
246 Cordeiro de Loyola; pela Procuradoria Geral do Estado, Paulo Roberto Glaser e Antônio  
247 Sérgio Bione Pinheiro; pela Companhia de Habitação do Paraná, Luiz Antônio Werlang  
248 e Rodrigo Felipe Rocha, que eu acredito que tenha entrado na reunião na apresentação;  
249 pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, Raphael Rolim de Moura e  
250 Dimitri Arnaud Pereira da Silva; pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e  
251 Extensão Rural, Benno Henrique Weigert Doetzer e Adair Rech; pela Assembleia  
252 Legislativa do Paraná, Tião Medeiros, Paulo Litro e Evandro Araújo; pela Prefeitura de  
253 São Manoel do Paraná, Agnaldo Trevisan; pela Prefeitura de Rebouças, Luiz Everaldo  
254 Zak; pela Prefeitura de Balsa Nova, Luís Cláudio Costa; pela Sociedade Civil: Pontifícia  
255 Universidade Católica do Paraná, Rafaela da Silva Limons da Cunha e Altair Rosa; pela  
256 Universidade Estadual do Paraná, José Antônio Demétrio ou José Geraldo da Silva; pela  
257 Universidade Federal do Paraná, Irani dos Santos e Gustavo Barbosa Athayde; pela  
258 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Pedro Luís Prado Franco;  
259 pela Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, Hermam Vargas Silva; pelo  
260 Observatório de Justiça e Conservação, Camila Maia, e a gente tem a representação hoje  
261 da Alicia; pelo CEDEA, Guilherme da Silva e Luiz Arthur da Conceição; pela Companhia  
262 de Saneamento do Paraná, Júlio César Gonchorosky e Fernando Mauro Nascimento  
263 Guedes; pela Paranaguá Saneamento, a gente não teve nomeação; pela Companhia  
264 Paranaense de Energia, Mônica Irion Almeida; pela Engie Brasil Energia, José Vicente  
265 Miranda e Diego Nicolas Seminara; pela Drenagem e Resíduos Sólidos Urbanos,  
266 Prefeitura de Curitiba, Ibson Gabriel de Campos e Ana Carolina Shimidlin; pela  
267 Federação das Indústrias do Estado Paraná, a gente tem o Paulo Moura e o Marcos  
268 Thiesen; pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, a gente  
269 tem o Moisés Tokarski e o Sílvio Krinski; pela Federação da Agricultura do Estado do



270 Paraná, Carla Beck e Bruno Vizioli; pelo Comitê da Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes,  
271 como falei para vocês, teve alteração, o Ibson; pelo Comitê da Bacia do Jordão Oscar  
272 Bicca; pelo Comitê da Bacia do Tibagi, Andreia Aparecida de Oliveira; e pelo Comitê do  
273 Piraponema, Maurício Aparecido da Silva. São todos os novos Conselheiros.

274 A Sra. Presidente:- Obrigada, Larisseane. Declaro, então, empossados os novos  
275 Conselheiros. Gostaria de dar às boas-vindas a todas e todos, é um privilégio tê-los  
276 conosco nesta manhã, como o Secretário já disse, depois teremos a próxima reunião à  
277 tarde. Espero que essa nova gestão, que a gente possa ter trabalhos profícuos e sempre os  
278 nossos encontros, as nossas reuniões, sejam conduzidos com o respeito que esse espaço  
279 merece, com toda a deferência que a gente considera que tem esse espaço em respeito ao  
280 Recursos Hídricos. Então que a gente possa ter sempre um alto nível de discussão e  
281 respeito aos representantes das instituições que respeitam os recursos hídricos, que  
282 querem preservá-los e mantê-los da melhor forma possível.

283 Então, dando às boas-vindas a todos os Conselheiros, eu abro agora a inscrição da  
284 Tribuna Livre, solicitando aos interessados que queiram, como último item da pauta, que  
285 é a palavra livre, que agora já peçam a palavra solicitando ali pelo chat. Então, quem  
286 quiser para fazer uso da palavra ao final da reunião, que manifeste ali no chat o seu  
287 interesse, a Larisseane vai fazer a anotação de todos esses inscritos.

288 Nesse momento, eu abro para discussão e aprovação da ata da 34ª reunião  
289 ordinária. Essa ata foi repassada aos Conselheiros e gostaria de colocá-la em discussão.  
290 Caso alguém tenha alguma consideração a fazer quanto a ata, é nesse momento que a  
291 mesma será feita. Alguém tem algum item que gostaria de considerar em relação a ata?  
292 (Pausa). Em não havendo nenhuma manifestação em relação à ata da 34ª reunião  
293 ordinária, eu coloco em votação a ata dessa reunião. Os favoráveis permaneçam como  
294 estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). Em não havendo nenhuma manifestação,  
295 declaro APROVADA, por unanimidade, a ata da 34ª reunião ordinária.

296 O terceiro item é a Ordem do Dia. Temos a pauta. O primeiro item é o Progestão,  
297 as resoluções *ad referendum*. Então, neste momento, eu vou passar a palavra para duas  
298 pessoas que farão as apresentações sobre o Progestão e as resoluções a ele vinculadas.  
299 Então, num primeiro momento, é a Resolução n.º 11/2021 que autoriza a prorrogação por  
300 até um ano do mandato dos membros dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado  
301 do Paraná. Eu chamo a Danielle Tortato para fazer a apresentação desta reunião. Danielle,  
302 por favor, a palavra está contigo.

303 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro:- Bom dia, Fabiana. Eu vou fazer a defesa  
304 dessa resolução.

305 A Sra. Presidente:- Está joia, Scroccaro. Você está com a palavra.

306 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro:- Ok. Conselheiros, o Conselho Nacional  
307 de Recursos Hídricos, atendendo uma solicitação do Fórum Nacional do Comitê de  
308 Bacias, homologou a Resolução 213, de agosto de 2020, prorrogando o mandato das  
309 Presidências dos Comitês de Bacias por um ano, tendo em vista a pandemia. E, numa  
310 reunião do Fórum Estadual do Comitê de Bacias, houve uma solicitação para que também  
311 fosse estendido por um ano o mandato dos Comitês de Bacias para que eles pudessem ter  
312 condição e tranquilidade, porque nós tivemos que fazer toda uma nova tipologia para a  
313 gente poder fazer as reuniões e fazer uma nova eleição, tendo em vista que as eleições,  
314 algumas já foram, serão on-line.

315 Então, tivemos que criar uma metodologia baseada na metodologia do Governo  
316 Federal. Fizemos algumas adequações, mas era impossível, naquele momento, sem a  
317 gente ter essa resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então, o Secretário,  
318 como Presidente do Conselho, homologou *ad referendum* para os senhores homologarem  
319 para nós hoje.

320 Em cima dessas ações, nós fizemos então a minuta de resolução, encaminhamos  
321 para o Conselho Estadual Recursos Hídricos e o Presidente homologou, *ad referendum*,  
322 tendo em vista a justificativa e baseado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Se  
323 alguém tiver alguma dúvida, por favor, estamos aqui para esclarecê-la. Mas foi baseado  
324 numa resolução do próprio Fórum Estadual do Comitê de Bacias que nós solicitamos essa  
325 resolução. Ok?

326 A Sra. Presidente:- Ok. Obrigada, Scroccaro. Abro, então, a palavra para  
327 discussão. Algum Conselheiro ou Conselheira gostaria de fazer uso da palavra neste  
328 momento? Tem alguma colocação em relação à Resolução 11/2021? Lembrando que todo  
329 o material, todas as resoluções foram também enviadas por e-mail. Alguém teria alguma  
330 consideração a ser feita? (Pausa). Em ninguém tendo nenhuma consideração, eu coloco  
331 para deliberação. Se todos estiverem de acordo, consideramos a resolução APROVADA.  
332 Todos permaneceram como estão, então consideramos que está deliberada a Resolução  
333 11/2021.

334 A próxima Resolução nº 12/2021, que aprova a avaliação das Metas de Gestão de  
335 Águas no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2020  
336 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela gestão das águas, segundo ciclo,

337 Progestão II, e as subsequentes, serão apresentadas pelo Alexandre Zucá. Então, neste  
338 momento, eu convido para que faça a apresentação da Resolução 12, ele vai fazer uma  
339 por vez, nós temos a 12, a 13 e a 14. Então, a gente vai fazer primeiro as apresentações e  
340 depois colocamos cada uma em discussão.

341 Então, começando pela 12, Alexandre, por favor, a palavra está contigo.

342 O Sr. Alexandre Zucá:- Bom dia a todos. Me ouvem?

343 A Sra. Presidente:- Ouvimos bem.

344 O Sr. Alexandre Zucá:- Ok. Eu gostaria de compartilhar uma apresentação sobre  
345 o Programa de Consolidação e aí a gente pode falar sobre as resoluções *ad referendum*.  
346 A Larisseane consegue liberar? (Pausa). Obrigado. Ok.

347 Vamos falar, então, do Progestão rapidamente. A gente se encontra agora no  
348 terceiro ciclo, essa apresentação é referente ao segundo ciclo. Desculpa, estamos agora  
349 no segundo ciclo, 2021 refere-se ao quinto período, essa apresentação é referente à 2020,  
350 a apresentação na 35ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do  
351 Paraná.

352 Então, o que a gente vai falar hoje? A gente vai relembrar um pouco do programa,  
353 o que ele é, quais são os objetivos, falar sobre as metas federativas, estaduais e seu fator  
354 de redução, e a participação do Conselho no programa. Também a gente vai falar sobre a  
355 certificação 2020 do programa e, por último, das resoluções *ad referendum* para  
356 aprovação. Essas resoluções já foram aprovadas *ad referendum* e agora a gente também  
357 coloca para apreciação do pleno.

358 Então, o que é o Progestão? O Progestão é um apoio aos Sistemas Estaduais de  
359 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Ele tem um órgão executor, que é órgão gestor de  
360 recursos hídricos estadual, o IAT, e o interveniente, o Conselho Estadual de Recursos  
361 Hídricos. E aí ele tem por objetivo promover essa articulação entre os processos de gestão  
362 da água e regulação dos usos na esfera nacional e estadual. Então, para fortalecer o  
363 modelo brasileiro de governança das águas integrado, descentralizado e participativo.

364 As Metas Federativas. O programa é certificado utilizando esses dois sistemas de  
365 metas, a Meta I e a Meta II. A meta um refere-se a essas metas federativas. A I.1 -  
366 integração de dados de usuários de recursos hídricos; a I.2 - capacitação em recursos  
367 hídricos; I.3 - contribuição para a difusão de conhecimento; I.4 - prevenção de eventos  
368 hidrológicos críticos; e I.5 - atuação para segurança de barragens.

369 Nas Metas Estaduais, então o Paraná está utilizando a tipologia C do programa  
370 que contempla essas metas: II.2 - variáveis legais e institucionais e de articulação social;

371 II.3 - variáveis de planejamento; II.4 - variáveis de informação e suporte; II.5 - variáveis  
372 operacionais.

373 Como é feito o Fator de Redução? O Fator de Redução tem essas quatro  
374 componentes. Então, a gente tem que: a) comprovar a gestão patrimonial dos bens em uso  
375 pelo Estado - isso aí pode descontar até 4% do valor de repasse; b) apresentar o Relatório  
376 de Gestão na Assembleia Legislativa do Estado - também um desconto de até 4% no  
377 repasse; c) elaboração do Plano Plurianual de aplicação dos recursos e apresentará  
378 anualmente à ANA e ao Conselho Estadual do Estado os gastos realizados - também de  
379 zero a 4%; d) desembolso anual dos recursos acumulados transferidos ao Estado - então,  
380 de todos os recursos repassados ao longo dos anos, a gente tem que fazer um desembolso  
381 acima de 50%, e também mais um desconto de 4%; totalizando um desconto máximo de  
382 até 16% do valor de repasse. Essa é a fórmula do cálculo do Fator de Redução.

383 Então, o que cabe ao CERH Paraná, aprovar e apreciar? A autoavaliação das  
384 Metas de Gerenciamento de Recursos Hídricos em âmbito estadual, a partir da tipologia  
385 de gestão de escolhida, que foi a tipologia C, aquelas metas estaduais que eu comentei;  
386 aprovar a autodeclaração da aplicação dos recursos de contrapartida estadual; e aplicação  
387 dos recursos do Progestão, executado no ano e proposta plurianual.

388 Então, como é o cálculo do repasse? 50% está relacionada à certificação das metas  
389 de cooperação federativa que corresponde a 50% do valor, até quinhentos mil reais; 25%  
390 está na certificação das metas estaduais, que a gente vai estar fazendo hoje também, até  
391 duzentos e cinquenta mil; e o restante, 25%, é a certificação pelo Conselho Estadual dos  
392 investimentos realizados com recursos orçamentários estadual, até duzentos e cinquenta  
393 mil. Então, a ANA repassa anualmente aos estados uma parcela igual de investimentos  
394 estaduais, limitado ao valor mínimo de vinte e cinco mil e máximo de duzentos e  
395 cinquenta mil. E o valor total do repasse pode ser até um milhão por ano.

396 Vamos falar da Certificação 2020. A gente recebeu, ao longo do ano passado, os  
397 Informes 03 a 11 do Progestão. E tivemos essa entrega intermediária do Formulário de  
398 Gestão Patrimonial em 31 de outubro de 2020, e em 31 de março de 2021 a gente fez  
399 entrega do Relatório do Progestão, a carinha desse documento está aqui à direita, 31 de  
400 março de 2021. Então, o Informe 9 fala sobre os Formulários de Autoavaliação e  
401 Autodeclaração de 2020 e tinha data de entrega para 30 de abril de 2021. São os  
402 formulários que foram aprovados *ad referendum*. E, por fim, no processo de Certificação,  
403 a gente recebeu o Ofício 45/2021, da ANA, em 5 de julho de 2021, com o resultado da  
404 Certificação e a determinação do valor da quarta parcela de repasse. A nota final do

405 Estado foi de 90,8% e o Estado encontrava-se apto para receber o repasse de até  
406 oitocentos e oitenta mil reais. O valor acumulado, se não me engano, está em torno de 4,5  
407 milhões, tirando esses oitocentos e oitenta mil, aproximadamente.

408 Então, o que falta para a gente finalizar a Certificação de 2020? A aprovação do  
409 pleno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná, dos Formulários de  
410 Autoavaliação, Autodeclaração e da Planilha de Aplicação de Recursos de 2020. Os  
411 documentos já foram encaminhados para a ANA e aprovados por resoluções *ad*  
412 *referendum*, foram as resoluções que vocês receberam, foram citadas a 12 até 15.

413 Então, eu coloquei aqui... Eu não sei se a Larisseane prefere projetar o documento  
414 ou se eu projeto por aqui.

415 A Sra. Secretária Executiva:- Pode projetar.

416 O Sr. Alexandre Jucá:- Então, essa aqui é Resolução nº 12, de 20 de maio de 2021,  
417 que aprova a avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de  
418 Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2020 do Programa de Consolidação do Pacto  
419 Nacional pela Gestão das Águas. Então, resolve: “Art. 1º - Aprovar, *ad referendum*, a  
420 autoavaliação das Metas de Gestão das Águas no âmbito do Sistema Estadual de  
421 Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2020, do Progestão II, constantes no Formulário  
422 de Autoavaliação, referente ao período de 2020 em anexo.” Então, conseguimos acessar  
423 esse anexo por aqui. Acredito que todos receberam o anexo, peço que verifiquem a  
424 necessidade de passar item a item por esse documento ou se coloca em deliberação a  
425 aprovação daquela resolução.

426 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro:- Fabiana?

427 A Sra. Presidente:- Oi, Scroccaro.

428 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro:- Acho que teria que ver com os  
429 Conselheiros.

430 A Sra. Presidente:- Precisa ver tecnicamente, né?

431 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro:- Isso. Porque já foi encaminhado para  
432 todos os Conselheiros a autoavaliação, como está aí. Se houver dúvida a gente poderá  
433 esclarecer ou, senão, coloca em votação.

434 A Sra. Presidente:- Ok. Senhores e senhoras Conselheiras entendem que podemos  
435 passar por esse Formulário de Autoavaliação, sem fazer a aprovação de cada uma das  
436 metas, os considerandos, ou os senhores preferem que seja feita cada uma das metas em  
437 particular?

438 A Sra. Secretária Executiva:- A Mônica, representante da Copel, levantou a mão.

439 A Sra. Presidente:- Por favor, Mônica.

440 A Sra. Conselheira Mônica Irion Almeida (Copel):- Mônica, representante da  
441 Copel Geração e Transmissão. Eu fiquei com uma dúvida na variável I.3. Na verdade,  
442 está constando uma lei que foi revogada. Não sei como que faria isso, se não há nenhum  
443 tipo de problema com relação a isso. É a Lei n.º 18.878, foi revogada pela 20.070.

444 A Sra. Presidente:- Alexandre.

445 O Sr. Alexandre Jucá:- Estou localizando aqui. É essa variável, né Mônica, que a  
446 gente está falando, arcabouço legal?

447 A Sra. Conselheira Mônica Irion Almeida (Copel):- Isso. Na justificativa está  
448 constando a Lei 18.878/2016, que é da taxa de fiscalização. Ela foi revogada pela Lei  
449 20.070/2019.

450 O Sr. Alexandre Jucá:- Eu acredito que a gente pode fazer essa correção no  
451 documento, mas que a princípio não traz nenhum prejuízo, né. Foi uma atualização da lei.  
452 Eu não sei exatamente quando foi feita essa atualização, Mônica. Você sabe? Essa lei  
453 nova, quando ela foi publicada.

454 A Sra. Conselheira Mônica Irion Almeida (Copel):- Em 2019, Alexandre.

455 O Sr. Alexandre Jucá:- Em 2019. Então, deveria já estar atualizado aqui. Mas eu  
456 não vejo prejuízo nesse momento, a Certificação já foi feita. O que a gente pode fazer é  
457 emitir uma nota para a ANA, pedindo a correção desse item.

458 A Sra. Conselheira Mônica Irion Almeida (Copel):- Ok. E uma outra sugestão que  
459 gostaria de fazer é que esse material todo, dessas resoluções *ad referendum*, nas próximas  
460 ocasiões passe pela CTIns. Eu acho que é importante a CTIns avaliar em detalhe todos  
461 esses itens, são muitos, e até emitir algum parecer para os Conselheiros. Facilitaria aqui  
462 na análise e aprovação da documentação. Fica como sugestão para os próximos ciclos.

463 O Sr. Alexandre Jucá:- Concordo.

464 A Sra. Presidente:- Obrigada.

465 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro:- Bem lembrado, Mônica. Inclusive é uma  
466 coisa que você lembrou agora, porque nos outros anos também não já foi feito isso e é  
467 uma coisa que a gente tem que fazer. E a gente já está anotando aqui para os próximos já  
468 deixar para a CTIns analisar antes. Ok?

469 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente?

470 A Sra. Presidente:- Pois não, Arthur?

471 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Eu  
472 concordo com a representante da Copel sobre essa questão, porque fica bastante confuso,

473 a gente que é um pouco leigo nessa situação aí, fazer uma avaliação mais complexa sobre  
474 cada ponto. Então, eu gostaria até que fosse votado e ficasse consignado em ata o que a  
475 representante da Copel colocou aí. Se puder colocar em votação isso, a gente agradece,  
476 porque daí já vira uma normativa para o Conselho. Ok. Agradeço.

477 A Sra. Presidente:- Obrigada, Arthur. Eu que agradeço. Nós vamos colocar, só  
478 queria perguntar se mais alguém tem alguma consideração em relação a isso. Senão  
479 colocamos em votação para que, para as próximas reuniões, seja feita essa leitura e  
480 consequentemente registrado em ata. (Pausa). Estando todos de acordo, então, para as  
481 próximas reuniões de apresentações, faremos essas considerações. Alguma outra  
482 consideração em relação as variáveis?

483 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente?

484 A Sra. Presidente:- Pois não, Arthur?

485 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- O que a  
486 representante da Copel colocou é passar pela CTIns, antes de qualquer encaminhamento  
487 ao Conselho. Então, se puder fazer essa aprovação também, já fazendo uma aprovação,  
488 montando uma norma mesmo para nós aqui. Está bom? Agradeço, obrigado.

489 A Sra. Presidente:- Obrigada. Senhores e senhoras Conselheiras estão de acordo  
490 que seja enviado para a CTIns antes, de todas as normativas, que sejam aprovadas para  
491 depois retornar ao Conselho? (Pausa). Se as senhoras e os senhores todos estiverem de  
492 acordo. Larisseane, por favor, que se registre ata. Alguma posição contrária? Nenhuma  
493 posição contrária, então está APROVADO e pedimos o registro em ata.

494 Mais alguma questão relacionada às metas que estavam ali apresentadas, as  
495 variáveis que compõem essas metas? (Pausa). Ok. Alexandre, então, acho que podemos  
496 passar de forma geral. Você tem mais alguma colocação, além das metas, já que ninguém  
497 se manifestou contrário que a gente possa aprovar, então, passar à apresentação, fazer a  
498 apresentação de uma por uma das variáveis? Teria alguma outra consideração ou  
499 podemos retornar para a apresentação?

500 O Sr. Alexandre Jucá:- Acredito que em relação à Resolução 12, está finalizado.  
501 Podemos passar para Resolução nº 13 agora.

502 A Sra. Presidente:- Acho que nós vamos aprovar uma a uma, Alexandre. Acho  
503 que fica mais fácil.

504 O Sr. Alexandre Jucá:- Ah, desculpa. Ok. Já foi aprovada a Resolução 12 ou ainda  
505 não?

506 A Sra. Presidente:- Ainda não. A gente fez as aprovações relacionadas à  
507 sugestões da Conselheira que representa a Copel. Então, agora, eu coloco em discussão,  
508 na sua totalidade, a gente estava falando das metas, então agora eu coloco na sua  
509 totalidade a discussão da Resolução 12. Alguém tem mais alguma consideração para  
510 fazer? (Pausa). Em ninguém tendo nenhuma colocação na discussão, eu coloco para  
511 aprovação e deliberação. Os favoráveis que permaneçam como estão, os contrários que  
512 se manifestem. (Pausa). Então, está APROVADA a Resolução nº 12/2021, *ad*  
513 *referendum*.

514 Agora passamos, então, para a Resolução nº 13/2021, que aprova a avaliação das  
515 Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos  
516 Hídricos em 2020 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela gestão das águas,  
517 segundo ciclo, Progestão II. Por favor

518 O Sr. Alexandre Jucá:- Então: “Art. 1º - aprovar, *ad referendum*, a autoavaliação  
519 de Metas de Gestão no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos  
520 Hídricos, Progestão II, constantes no Formulário de Autoavaliação referente a 2020.” E  
521 acaba que essa Resolução nº 13, não é essa exatamente, mas tem uma que é só uma  
522 correção do artigo, o nome do documento. Então, aqui está o Formulário de  
523 Autodeclaração. Acredito que seja isso. Aqui foi como Formulário de Autoavaliação e  
524 vai ter uma resolução mais para frente fazendo essa correção. Mas vamos deliberar, então,  
525 aqui sobre o Formulário de Autodeclaração que é o outro documento que corresponde ao  
526 Conselho Estadual fazer essa avaliação.

527 Então, também, essa aqui é a variável de Organização Institucional do Sistema de  
528 Gestão, o valor declarado foi esse aqui que estou marcando; variável 2 - Comunicação  
529 social e difusão de informações, o valor declarado foi esse; variável 3 - Planejamento  
530 Estratégico, aqui é o valor declarado; variável 4 - Plano Estadual de Recursos Hídricos,  
531 não foi realizado investimento neste ano; variável 5 - Sistema de Informação, esse foi o  
532 valor declarado; variável 6 - Outorga de Direito de Uso, aqui; variável 7 - Fiscalização,  
533 aqui.

534 Então, esse é o quadro resumo. Das sete variáveis aqui, valor de nove milhões,  
535 setecentos e quarenta e quatro mil e duzentos e dezenove reais. Ok? Esse ok vem do valor  
536 superior ao repasse de duzentos e cinquenta mil, que é previsto. Então, eu coloco aí, na  
537 mesma situação de avaliação item a item ali do que foi discutido ou aprovação desse  
538 Formulário de Autodeclaração.



539 A Sra. Presidente:- Obrigada, Alexandre. Algum Conselheiro gostaria de se  
540 manifestar, que ache necessário que a gente faça item a item ou, como foi enviado  
541 previamente, podemos fazer a aprovação geral desse Formulário de Autoavaliação?  
542 (Pausa). Então, em nenhum Conselheiro se manifestando, pergunto ao Alexandre se tem  
543 mais alguma questão a aprovar, além disso, após esses autoformulários, Alexandre? Ou  
544 está feita a defesa da Resolução 13/2021?

545 O Sr. Alexandre Jucá:- Está feita, da 13 sim. Vai ter uma questão mais para frente,  
546 que é a retificação dessa resolução, mas a gente vai tratando na sequência.

547 A Sra. Presidente:- Ok. Então, estando feita a defesa da Resolução 13/2021, eu  
548 coloco em discussão. Pergunto se temos algum Conselheiro ou alguma Conselheira que  
549 gostaria de se manifestar? (Pausa). Em não tendo nenhuma manifestação, coloco em  
550 deliberação. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem.  
551 (Pausa). Então, APROVADA a Resolução 13/2021.

552 Antes de passar à leitura da Resolução 14, eu gostaria de registrar a presença do  
553 Deputado Tião Medeiros, enquanto representante formal e indicado pela Assembleia  
554 Legislativa do Estado do Paraná. Deputado Tião, muito obrigada pela sua presença.

555 Então, passamos, agora, à Resolução 14/2021 que aprova a Planilha de Aplicação  
556 dos Recursos das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de  
557 Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2020 do Programa de Consolidação do Pacto  
558 Nacional pela Gestão das Águas, segundo ciclo, Progestão II. Alexandre, por favor, está  
559 contigo de novo a palavra.

560 O Sr. Alexandre Jucá:- Ok. Essa resolução aprova a Planilha de Aplicação de  
561 Recursos das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de  
562 Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2020, Progestão II. E aí o anexo dela - a gente  
563 vai abrir aqui.

564 Esse foi o anexo dessa resolução: Aplicação de Recursos do Progestão no ano de  
565 2020. Acredito que todos receberam também e puderam verificar os valores que foram  
566 declarados como investidos. Então, o saldo do Progestão em 2019 está em quatro milhões,  
567 quinhentos mil reais e o repasse desse ano estava, aquele que eu apresentei anteriormente,  
568 estimado em oitocentos mil ou alguma coisa assim. Então, também coloco para aprovação  
569 esse relatório, essa Planilha de Aplicação dos Recursos.

570 A Sra. Presidente:- Obrigada, Alexandre. Alguma Conselheira ou algum  
571 Conselheiro gostaria de se manifestar em relação a essa Planilha da Aplicação dos  
572 Recursos Financeiros do Progestão em 2020? (Pausa). Em ninguém tendo interesse em

573 se manifestar, coloco então para deliberação e aprovação da Resolução 14, que aprova a  
574 Planilha de Aplicação dos Recursos. Os favoráveis permaneçam como estão, os  
575 contrários que se manifestem. (Pausa). APROVADO.

576 Passamos, então, para a Resolução nº 15/2021, que retifica a Resolução do  
577 Conselho Estadual de Recursos Hídricos n.º 13/2021, de 20 de maio de 2021,  
578 apresentação dos resultados da Certificação do Progestão 2020, referente ao quarto  
579 período de Certificação, aprovação da deliberação 12/21, aprovação da deliberação 13/21,  
580 14/21 e 15/21. Então, por favor, eu passo à apresentação desses resultados da Resolução  
581 15 que retifica a Resolução 13/21. Alexandre, com a palavra.

582 O Sr. Alexandre Jucá:- Ok. Então: Art. 1º - Fica retificado a Resolução CERH 13,  
583 de 20 de maio de 2021, onde lê-se na súmula: “Aprova a avaliação das Metas de Gestão  
584 de Águas no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em  
585 2020 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, segundo  
586 ciclo, do Progestão II”, leia-se: “Aprova a autodeclaração das Metas de Gestão de Águas  
587 no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2020 do  
588 Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, segundo ciclo, do  
589 Progestão II.” Art. 2º - Retifica-se, onde se lê: “Art. 1º - Aprovar, *ad referendum*, a  
590 autoavaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de  
591 Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2020 do Programa de Consolidação do Pacto  
592 Nacional pela Gestão das Águas, Progestão II, constantes no Formulário de  
593 Autoavaliação, referente ao período de 2020, em anexo.”, leia-se: “Art. 1º - Aprovar, *ad*  
594 *referendum*, a autodeclaração das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema  
595 Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2020 do Programa de Consolidação  
596 do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, Progestão II, constantes no Formulário de  
597 Autodeclaração, referente ao período de 2020, em anexo.”

598 Então, só uma retificação do termo, aqui é o Formulário de Autodeclaração que  
599 deveria estar sendo citado lá. O anexo aqui vocês vão verificar que é o mesmo Formulário  
600 de Autodeclaração. Então, esse aqui é o mesmo documento que a gente passou  
601 anteriormente. Fabiana, então acho que dá para colocar em deliberação.

602 A Sra. Presidente:- Perfeito. Algum Conselheiro, alguma Conselheira gostaria de  
603 se manifestar em relação à Resolução 15, que retifica a Resolução 13? (Pausa). Em não  
604 tendo nenhuma manifestação, eu coloco então para deliberação, votação e aprovação da  
605 Resolução 15/2021. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se  
606 manifestem. (Pausa). Então, está APROVADA a Resolução 15. Então, sendo aprovadas

607 as deliberações 12, 13, 14 e 15/2021, eu passo agora a palavra ao Scroccaro, que explicará  
608 o ato. Por favor, Lari, se você puder compartilhar na tela.

609 A Sra. Secretária Executiva:- Desculpa, Fabiana, acho que eles iam apresentar  
610 alguma coisa sobre o Procomitês ainda nesta manhã.

611 A Sra. Presidente:- É o Scroccaro que apresentará o ato, está na minha pauta.  
612 Então, só preciso que seja colocado em tela. Scroccaro, não sei, pela minha pauta consta  
613 que seria uma apresentação, não sei se ela permanece ou não.

614 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro:- Me desculpe, vocês me pegaram  
615 desprevenido, Fabiana.

616 A Sra. Presidente:- Não? Ok.

617 O Sr. Alexandre Jucá:- Fabiana, me foi solicitado que apresentasse os resultados  
618 do Procomitês juntamente ao do Progestão. Eu tenho um slide na sequência só sobre esse  
619 tema. Essa pauta estava para o período da tarde, acho que foi pedido para antecipar para  
620 de manhã.

621 A Sra. Presidente:- Tá, então ok. Então, por favor, antecipando a pauta que estava  
622 no período da tarde para essa apresentação. Então, solicito que seja feita essa apresentação  
623 pelo Alexandre.

624 O Sr. Alexandre Jucá:- Ok, pessoal. Dando sequência, vamos falar do outro  
625 programa que a gente faz parte, do Procomitês, que é o Programa de Fortalecimento dos  
626 Comitês aqui do Estado do Paraná, é um programa nacional também, em parceria com a  
627 ANA. A finalização da Certificação do Procomitês também passa pela avaliação do  
628 Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

629 Então, o que falta para a gente finalizar a Certificação de 2020? A aprovação do  
630 Relatório Anual de Certificação 2020 e os seus anexos. Quais são os anexos? O Anexo I  
631 é deliberação da Resolução do Conselho Estadual que aprova o Relatório 2020; o Anexo  
632 II é o quadro síntese do cumprimento das metas; e o Anexo III é a Planilha do Relatório  
633 Anual de Atividades 2020 da Entidade Estadual. Vocês receberam esse relatório com os  
634 anexos, acredito que todos receberam, vou compartilhar aqui o documento.

635 Esse é o Relatório de Certificação do Procomitês de 2021 referente ao ano de  
636 2020. Então, identificação, acredito que todos receberam, e aqui tem a descrição da  
637 avaliação do cumprimento das metas, o descritivo de cada comitê da situação perante ao  
638 programa, o comentário do Conselho Estadual acerca do desenvolvimento do programa  
639 no Estado. A aplicação de recursos é do mês de dezembro de 2020, então o saldo do

640 recurso do Procomitês, ao final do ano, computadas as despesas realizadas no período,  
641 encontra-se nesse valor aqui em negrito, e os anexos.

642 O Anexo I é uma minuta do próprio Conselho, que a gente estaria deliberando  
643 hoje da aprovação desse relatório; o Anexo II é o quadro síntese do cumprimento de metas  
644 de cada comitê, e aqui podem verificar que a gente tinha um valor de 90% aqui, no total  
645 estadual; e a Planilha de Relatório Anual de Atividades da Entidade Estadual.

646 Então, eu me coloco à disposição para esclarecer qualquer dúvida e peço que  
647 verifiquem a necessidade de ir ponto a ponto para aprovação do Relatório da deliberação  
648 e dos restantes anexos.

649 A Sra. Presidente:- Obrigada, Alexandre. Pergunto às senhoras Conselheiras e  
650 senhores Conselheiros, vocês entendem como necessário que se passe ponto a ponto,  
651 tendo recebido previamente esse material, ou podemos encaminhar direto para a  
652 discussão? (Pausa). Então, em discussão. Alguém gostaria de se manifestar a respeito do  
653 relatório apresentado pela Alexandre? (Pausa). Em ninguém se manifestando, eu coloco  
654 então em votação para aprovação desse item da Minuta da Resolução e os demais dados  
655 apresentados. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem.  
656 (Pausa). Consideramos, então, APROVADO.

657 Tendo vencido esses itens da pauta, nós passamos para o item quatro, que são  
658 outros assuntos, e colocamos a Tribuna Livre. Lari, nós tivemos inscritos? Se você puder  
659 repassar, porque nós temos quinze minutos, que é o tempo total dividido pelo número de  
660 inscritos para manifestação. Precisamos ver quantos inscritos para ver quanto tempo de  
661 palavra cada um terá.

662 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Diretora. A gente não teve nenhum  
663 inscrito, mas eu gostaria de sugerir, se for entendimento de todos e se todos estiverem  
664 disponíveis, como é conhecimento geral a gente tem a reunião na parte da tarde, a gente  
665 pode adiantar pelo menos a Resolução 01/2021, que é do CERH e do Colit sobre a eleição  
666 das entidades, para deixar a parte da tarde com menos pontos de pauta. Se for  
667 entendimento da Diretora e dos demais Conselheiros, para já aproveitar que estamos com  
668 quórum, está todo mundo aqui, essas partes das resoluções *ad referendum* foram bem  
669 mais rápidas do que o esperado, então sugiro isso. Fora isso, a gente não teve inscrição  
670 para a Tribuna Livre.

671 A Sra. Presidente:- Por mim, enquanto Presidente neste momento, eu não vejo  
672 nenhum problema em adiantar. Pergunto aos senhores e senhoras se estão de acordo, se  
673 está tudo? Se sim, podemos adiantar o item da pauta, considerando que estamos todos já

674 reunidos nesse momento, temos o quórum. Se todos estiverem de acordo, já faço então a  
675 deliberação do primeiro item que seria da pauta da tarde.

676 O Sr. Conselheiro Iuri Lapsky:- Bom dia. Posso fazer uma pergunta?

677 A Sra. Presidente:- Pois não.

678 O Sr. Conselheiro Iuri Lapsky:- Meu nome é Iuri, sou Secretário do Meio  
679 Ambiente do Município de São João do Triunfo, estou representando o Comitê da Bacia  
680 do Médio Iguaçu, e, bom, a bem da verdade, quanto ao horário e quanto a reunião, eu não  
681 tinha ideia de que seria o dia inteiro e nem que o horário seria às 8h30min. Minha previsão  
682 seria às 15h. Por coincidência, hoje eu tenho, já está rolando, a reunião do Conselho  
683 Municipal de Meio Ambiente com pautas importantes, e ainda não vi a nossa  
684 apresentação, a nossa petição, para que horário está pautada. Gostaria de saber para que  
685 horário, porque precisaria me ausentar um pouquinho, pelo menos uma meia hora para  
686 atender o nosso Conselho. Se for para a parte da tarde, tudo bem. O horário que for, não  
687 tem problema, mas é que coincidiu justamente hoje de ter a reunião do nosso Conselho  
688 Municipal do Meio Ambiente. Essa é a minha dúvida.

689 A Sra. Presidente:- Ok. Lari, por favor.

690 A Sra. Secretária Executiva:- Está pautada sim para a parte da tarde, é a última  
691 pauta do dia.

692 O Sr. Conselheiro Iuri Lapsky:- Aproximadamente que horário? Logo depois do  
693 almoço começa a reunião de novo.

694 A Sra. Secretária Executiva:- Isso. Após às 14h a gente retorna, mas acredito que  
695 seja após às 16h, mas não dá para estipular um horário, porque essa parte da manhã está  
696 sendo bem rápida.

697 O Sr. Conselheiro Iuri Lapsky:- Eu entro às 14h para não perder a oportunidade.  
698 Tudo bem que eu possa me ausentar nesse momento?

699 A Sra. Presidente:- Perfeito. Muito obrigada.

700 O Sr. Conselheiro Iuri Lapsky:- Agradeço a compreensão de todos.

701 A Sra. Presidente:- Obrigada. Em ninguém mais se manifestando contrário, então  
702 vamos adiantar o primeiro item da pauta que é a Resolução Conjunta do Colit. É isso,  
703 Lari?

704 A Sra. Secretária Executiva:- Isso. Eu vou fazer a apresentação, vou compartilhar  
705 a tela com vocês da Resolução. (Pausa). Acredito que todos estejam vendo a Resolução  
706 CERH/Colit 01/2021. Então, como é de conhecimento dos membros, a gente teve a

707 reconstituição dos Conselhos e a gente precisava fazer a eleição das entidades não  
708 governamentais.

709       Nos outros anos as entidades se reuniam e escolhiam a forma como elas iam  
710 indicar seus representantes para cada Conselho, certo? Daí, em virtude da pandemia, a  
711 gente começou no Conselho do Cema a fazer o processo on-line e no Cema, após o  
712 cadastro das entidades, no Ceeng, a gente teve a eleição e ela foi muito bem-sucedida. Foi  
713 muito transparente, deu certo lá. E como esse ano a gente precisava fazer tanto no  
714 Conselho Estadual de Recursos Hídricos quanto no Conselho de Desenvolvimento  
715 Territorial do Litoral Paranaense, a gente optou por fazer uma única resolução que tivesse  
716 o mesmo cronograma, porque as entidades cadastradas já são cadastradas no Cema. Não  
717 tinha necessidade de fazer um novo cadastro das entidades, seria aquele mesmo que foi  
718 aprovado pelo Cema ali no final do ano passado e início deste ano. Então, a gente usou o  
719 mesmo cronograma, as cédulas foram distintas, as inscrições para cada Conselho também  
720 foram distintas. Aqui na Resolução a gente colocava quantas cadeiras eram por Conselho.  
721 Aqui no Conselho do CERH eram duas cadeiras, no Colit três cadeiras. O processo, além  
722 de ser regulamentado por essa Resolução, a gente o conduziu no LimeSurvey, que é um  
723 programa de pesquisa, mas a gente o adaptou para uma cédula eleitoral. Todos os votantes  
724 votaram sem ser identificados. Foi um sistema bem democrático. A gente não teve  
725 problema com nenhuma instituição, foi amplamente acolhido pelas instituições. Foi,  
726 posso dizer por mim mesma, que foi um sistema bem intuitivo, bem fácil.

727       E também gostaria de mostrar para vocês que o resultado de toda a eleição e o  
728 próprio organograma permanecem no site do Conselho, caso vocês tenham alguma  
729 dúvida, queiram ver o resultado das eleições, sai na hora. Então, assim que a gente fecha  
730 a cédula eleitoral, a gente já tem a porcentagem de quais entidades foram eleitas. Tivemos  
731 aqui, em primeiro lugar, Observatório de Justiça e Conservação - com nove votos; em  
732 segundo lugar o Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental - CEDEA; e as demais  
733 ficaram aqui na suplência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

734       Então, como a gente tinha a necessidade de fazer esse processo rapidamente, para  
735 fazer a reconstituição do Conselho, a Resolução foi aprovada *ad referendum*. Foi a  
736 primeira Resolução Conjunta do CERH e Colit. Isso que a gente precisava trazer para  
737 vocês. Se houver alguma dúvida, se tiver alguém que gostaria de perguntar alguma coisa,  
738 deixo a palavra aberta.

739       A Sra. Presidente:- Obrigada, Lari, pela apresentação e pelos esclarecimentos.

740       O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente.

741 A Sra. Presidente:- Pois não, Arthur.

742 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Queria  
743 agradecer a todos os servidores, porque nós somos do terceiro setor aqui e realmente foi  
744 totalmente transparente o processo, não teve nenhuma impugnação, enfim, seguiram todo  
745 o cronograma, como a Secretária falou, e realmente só temos que parabenizar os  
746 servidores que ficaram envolvidos nesse processo todo eleitoral, sempre respondendo os  
747 nossos e-mails, sempre tirando as dúvidas.

748 Então, acho que esse é o formato que realmente tem que ser conduzido a todos os  
749 Conselhos e toda essa forma transparente, preservando o terceiro setor, que grande parte  
750 é voluntária. E essa forma voluntária que a gente vem, a gente sempre quer contribuir  
751 com o Estado, para o crescimento e o desenvolvimento social, o desenvolvimento  
752 econômico e o desenvolvimento socioambiental. Então, eu quero deixar aqui esse  
753 registro. E agradecer, mais uma vez, todos os servidores envolvidos naquele processo.  
754 Obrigado.

755 A Sra. Presidente:- Obrigada, Arthur. Então, repasso os agradecimentos a todos  
756 os servidores, a Lari fica encarregada de depois compartilhar com a equipe. Efetivamente  
757 a nossa equipe é muito competente, muito dedicada, é um privilégio poder contar com  
758 essa equipe para fazer todo o processo de gestão dos assuntos relacionados a esse  
759 Conselho. Mais alguém gostaria de fazer alguma manifestação a respeito da resolução?  
760 Em não tendo nenhuma manifestação, eu coloco para aprovação. Os favoráveis  
761 permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). APROVADA.

762 Na sequência, eu passo, então, para a deliberação da Resolução, *ad referendum*,  
763 do Regimento Interno. Lari, por favor.

764 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Eu vou colocar aqui a apresentação para  
765 vocês. Acredito que vocês estão vendo. O Regimento Interno do CERH precisava de uma  
766 reformulação porque estava muito omissivo em algumas partes. Ele ainda está no site para  
767 quem tiver curiosidade de ver, porque ele ainda está em vigência. Então, foi deliberado,  
768 já faz mais de um ano, que seria feito um grupo de trabalho para a apresentação de um  
769 novo Regimento Interno, que realmente trouxesse respostas e procedimentos que o antigo  
770 Regimento Interno não trazia. Após a gente fazer esse trabalho, foi encaminhado, senão  
771 me engano, para a CTIns, a CTIns também aprovou e ficou só na pendência da gente  
772 aprovar aqui no Conselho.

773 Eu fiz uma apresentação bem concisa, porque o novo Regimento Interno ficou  
774 bem grande, mas a gente pode depois abrir o documento e pôr os artigos em discussão,  
775 caso os membros entendam dessa forma.

776 Então, as principais diferenças. O atual Regimento tem vinte e quatro artigos que  
777 deixam muitas lacunas em relação aos procedimentos administrativos internos e, também,  
778 muitas vezes ele ficava em conflito com os decretos regulamentadores do CERH e do  
779 Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. Era composto por seis Capítulos que são: Das  
780 Reuniões, Do Presidente, Da Secretaria Executiva, Das Câmaras Técnicas, Dos Membros  
781 do CERH e das Disposições Finais. Ele era de 2015, então isso já faz seis anos.

782 O novo Regimento possui setenta e um artigos. Então, a gente vê que está muito  
783 mais abrangente em situações do dia a dia e é muito semelhante ao do Conselho Estadual  
784 do Meio Ambiente, que é um Regimento Interno que foi atualizado também, isso faz mais  
785 ou menos uns dois anos. Ele prevê algumas situações do dia a dia que o antigo não previa.

786 O novo tem nove capítulos, que a gente vai falar um pouco mais para frente, e o  
787 novo Regimento traz também, nos primeiros artigos, a finalidade do CERH. Isso é muito  
788 interessante porque faz com que alguns assuntos que tinham muita dúvida se era do Cema  
789 ou do CERH, veio para o CERH por causa dessas finalidades, certo?

790 Então, as principais atualizações. No Capítulo I descreve a finalidade do CERH,  
791 Artigo 1º, e os princípios. Toda vez que há dúvida no CERH, de decisões ou de como  
792 conduzir, os princípios nos ajudam a ter um norte sobre como conduzir situações. Então,  
793 o que antes não tinha no Regimento Interno do CERH a gente traz agora para esse novo  
794 Regimento. E, como eu disse para vocês, como descreve a finalidade do CERH, a gente  
795 evita o encaminhamento para outros Conselhos, outras Secretaria de assuntos afetos à  
796 pasta de Recursos Hídricos.

797 No Capítulo II, Dos Conselheiros, estabelece o formato das indicações, que não  
798 era estabelecido no antigo Regimento, falando que a indicação é feita pelas entidades;  
799 estabelece as obrigações, que abrange um pouco mais obrigações do que o antigo;  
800 estabelece os direitos de cada Conselheiro no Artigo 10; e, o período de mandato, que era  
801 uma questão que trazia controversa, porque o decreto falava um período e o Regimento  
802 falava outro. Então, já estabelecemos aqui que o período de mandato é bienal. E outras  
803 informações, no Artigo 9º.

804 Na Seção V, do mesmo Capítulo, estabelece os deveres e direitos do Presidente.  
805 Isso é muito importante porque a gente sabe o que o Presidente faz e quais são as  
806 competências dele. Inclusive, ali na Seção V, foi incluída a figura do certificado por



807 serviços relevantes prestados no Recursos Hídricos, que foi uma pauta que a gente teve  
808 na segunda reunião de 2019, se não me engano, que nomeou o Sr. Eneas como Presidente  
809 Honorário do Conselho, por todo o trabalho que ele teve no Conselho. Então, isso já tem  
810 na Seção V, que não tinha anteriormente.

811 No Capítulo III informa a estrutura do Conselho, a divisão dele em Plenário,  
812 Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, a hierarquia interna, as funções e competência  
813 de cada uma dessas estruturas; estabelece o procedimento de instalação e convocação das  
814 reuniões plenárias, das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho. Então, como cada  
815 um tem sua instalação e convocação, essas partes ficaram divididas. As reuniões plenárias  
816 podem ser conferidas no Artigo 18, das Câmaras Técnicas no Artigo 21 e seguintes, e dos  
817 Grupos de Trabalho no Artigo 25 e seguintes.

818 No Capítulo IV informa os procedimentos a serem observados nas reuniões do  
819 CERH, que está no Artigo 32, estabelecendo a forma de instalação e quórum, que também  
820 era uma dúvida que era trazida pelo decreto e seu Regimento Interno, porque o decreto  
821 estabelecia um quórum simples e o Regimento Interno estabelecia dois terços. Então,  
822 agora a gente tem um formato único, seguindo o decreto, e também informa como se dá  
823 a composição da pauta. Então, esse formato que vocês recebem o ofício, está tudo descrito  
824 na composição da pauta no Artigo 40.

825 No Capítulo V informa o procedimento de apresentação de propostas e  
826 deliberação do CERH. Acontecia muito, pelo antigo Regimento Interno ser omissivo, de os  
827 Conselheiros não saberem a hora de apresentar uma matéria, trazer no dia, trazer só um  
828 ofício, não protocolar ou mandar um e-mail. Então, aqui no Capítulo V, a gente fala como  
829 deve ser feito administrativamente, que deve ser protocolado, o prazo, o que deve conter  
830 nessa proposta e como é deliberada no CERH.

831 No Capítulo VI especifica as formas de deliberação do Conselho, que pode se dar  
832 por resolução, por moção ou por manifestação, e novamente é falado como as matérias  
833 tramitam. No Artigo 44 fala da deliberação, como as matérias tramitam nos Artigos 45 e  
834 47, como ocorrem as votações nos Artigos 50 e 58. Esse formato já é utilizado, mas a  
835 gente coloca lá para não ter dúvida. A gente informa como é feita a retirada de pauta, que  
836 era um assunto também que não tinha no Regimento Interno antigo, como funciona o  
837 Regime de Urgência no Artigo 55, e como funciona o pedido de vistas. A maioria de  
838 todos esses assuntos do Capítulo VI não era regulamentado pelo Regimento Interno  
839 antigo. Muitas vezes, quando o assunto era trazido, ficava ali a critério do Presidente e da  
840 Mesa decidirem se acatava ou não, ou como seria conduzido. Então, com esse Capítulo,

841 a gente deixa as coisas mais claras, deixa tudo regulamentado, para que todos os  
842 Conselheiros saibam como funciona esses procedimentos.

843 No Capítulo VII estabelece as atribuições e obrigações e deveres da Secretaria  
844 Executiva, Artigo 60, também um pouco mais abrangente que no Regimento Interno  
845 anterior.

846 No Capítulo VIII estipula os prazos de convocação para dar um tempo hábil para  
847 todos os Conselheiros poderem analisar os documentos e também no caso de reuniões  
848 extraordinárias, que também estipula os prazos dos atos administrativos derivadas das  
849 reuniões. Como, por exemplo, a gente teve uma resolução que foi aprovada hoje, que não  
850 era uma resolução *ad referendum*. Ela tem um período administrativo para a gente  
851 publicá-la no Diário Oficial e no site. Então, isso está regulamentado pelo Regimento  
852 Interno no Artigo 62 e seguintes, não só Resolução mas outros atos.

853 Por fim, no Capítulo IX, que são as Disposições Gerais e Finais, informa o modo  
854 de alterar o Regimento Interno. Então, se for necessário alterar o Regimento Interno, a  
855 gente tem que ter a manifestação de parte dos Conselheiros que entendam pela  
856 necessidade, estabelece o procedimento também em casos omissos e estabelece a vigência  
857 do Regimento que, se os senhores entenderem assim, vai começar a surtir os seus efeitos,  
858 a partir da data de publicação, revogando o antigo Regimento Interno.

859 Eu só vou colocar aqui para vocês a Resolução. Então, aqui a gente tem a  
860 Resolução, está com o número cinco mas o número vai ser alterado. Como falei para  
861 vocês, passou um certo tempo desde que a gente fez todo o grupo de trabalho e a  
862 aprovação - a gente vai colocar a data de hoje: “Dispõe e aprova o novo Regimento  
863 Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.” Tem apenas dois artigos, que são:  
864 “Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, na  
865 forma do Anexo.” O Regimento vai ser o Anexo da Resolução. E, “Art. 2º - Esta  
866 Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções  
867 CERH 01/2001, 014/2002, 046/2006 e 095/2015.” Para que não tenha dúvidas ou  
868 contradições de qual Regimento está vigente.

869 Então, considerando isso, eu abro para perguntas, questionamentos. Se quiserem  
870 ver o documento da Resolução, algum artigo em especial, está aqui também.

871 A Sra. Presidente:- Obrigada, Lari. Abrimos a inscrição para quem quiser se  
872 manifestar em relação à deliberação do Regimento Interno.

873 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente.

874 A Sra. Presidente:- Pois não, Arthur.

875 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Vamos lá  
876 para o Regimento Interno, Artigo 7º.

877 A Sra. Presidente:- Lari, você consegue compartilhar, por favor? Pode falar,  
878 Arthur.

879 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- O Art. 7º,  
880 diz: “Qualquer membro do Conselho poderá formular proposições por escrito à Secretaria  
881 Executiva, sob a forma de proposta de resoluções, emendas, requerimentos ou moções,  
882 no prazo da convocação das reuniões, previsto no Artigo 1º...” É que, assim, o prazo da  
883 convocação, certo?, aí a convocação ali, é cinco ou quinze dias, correto? Eu acho que,  
884 assim, colocar mais claro aqui que pelo menos um dia antes da reunião, para ficar mais  
885 claro, um dia antes da reunião pode apresentar proposições por escrito à Secretaria  
886 Executiva, entendeu? Um dia antes, protocolar ou apresentar junto à Secretaria Executiva  
887 ou mandar por e-mail à Secretaria Executiva, sabe? Deixar claro como faz esse formato  
888 de apresentação por escrito, certo? Um dia antes da reunião. Só colocar um dia antes da  
889 reunião.

890 A Sra. Presidente:- Lari, você consegue voltar ali no Art. 1º, Parágrafo 1º? “Art.  
891 1º: O Plenário do CERH reunir-se-á na Capital do Estado, ordinariamente, a cada seis  
892 meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa  
893 própria, ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros.” “Parágrafo 1º -  
894 As convocações far-se-ão com antecedência mínima de quinze dias para as reuniões  
895 ordinárias, e cinco dias para as reuniões extraordinárias.” Então, a sugestão do Arthur é  
896 que a gente delimite o período para que qualquer Conselheiro possa propor, no que diz  
897 no Artigo 7º.

898 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Sra. Presidente.

899 A Sra. Presidente:- Pois não, Lorenzon.

900 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Acho só que houve um  
901 mau entendimento por parte do Conselheiro, porque na verdade para a proposta  
902 apresentada poder entrar na discussão, ela tem que vir com antecedência de quinze dias,  
903 não é um dia antes da reunião. E na ordinária cinco dias. Então, acho que está claro aqui.

904 A Sra. Presidente:- Quinze dias para as ordinárias e cinco para as extraordinárias.  
905 Então, eu acho que é o processo. Acho que quando é enviada a convocação desses quinze  
906 dias teria que ter tempo hábil para ser convocado. Quando foi feito, Lari, isso, vocês que  
907 estão na operação do dia a dia, é para que a gente possa depois encaminhar aos  
908 Conselheiros com antecedência. Então, tem uma data fixa, porque as reuniões são a cada

909 seis meses, as ordinárias, e aí a gente tem um prazo de quinze dias para fazer a  
910 convocação. Se ela tiver o prazo que já é fixado, então sabendo que vai ter a reunião  
911 naquele semestre, os Conselheiros podem encaminhar e aí, quando vier a convocação dos  
912 quinze dias, vocês encaminham com antecedência, o Conselheiro que fizer a proposta,  
913 para que a equipe tenha tempo hábil de fazer e mandar para os outros Conselheiros  
914 avaliarem. Seria isso, Lari, que foi pensado?

915 A Sra. Secretária Executiva:- Isso. Eu até gostaria de fazer um comentário,  
916 inclusive direcionado ao Arthur, porque, como ele participa de outros Conselhos, ele sabe  
917 que muitas vezes dá um pouco de discussão nos Conselhos quando as matérias não são  
918 enviadas com quinze dias de antecedência. Então, se ele permanecer com a proposta dessa  
919 alteração para um dia, poderá abrir precedentes negativos de envios de matérias em cima  
920 da hora que os Conselheiros não terão conhecimento.

921 Então, tudo isso foi pensado para que a gente não tenha surpresas, inclusive as  
922 datas das reuniões do CERH estão aqui no Regimento Interno, sempre vão acontecer  
923 preferencialmente em outubro e o outro mês eu não me recordo agora, mas elas estão aqui  
924 no Regimento Interno. Então, a gente já tem uma data predefinida para as reuniões  
925 ordinárias, só as reuniões extraordinárias que são, por serem extraordinárias, convocadas  
926 com cinco dias. Então, é exatamente esse o raciocínio.

927 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente,  
928 é o seguinte. É que o raciocínio, assim, eu concordo, em parte. Agora as moções a gente  
929 não tem como controlar, porque moção é por uma condição que acontece algo naquele  
930 momento. Então, eu gostaria que, pelo menos, as moções, certo?, seja mudada a data. Por  
931 exemplo, fazer no momento da convocação, o Conselheiro tem cinco dias para apresentar  
932 a moção. Por que isso? Porque moções são situações adversas que acontecem durante  
933 aquele período, que pode estar acontecendo, por exemplo. Pode estar acontecendo algo a  
934 nível mundial ou a nível nacional que precisa ter uma moção. Então, não dá para aguardar  
935 quinze dias para apresentar ou anterior apresentar, entendeu? Então, moção é uma questão  
936 muito adversa de uma proposição, por exemplo. Por isso que eu gostaria que pelo menos...  
937 E daí se apresentar uma moção, automaticamente você manda e-mail para todos: “Oh, foi  
938 apresentada uma moção, conforme artigo tal”, para aprovação em plenário. Então, eu  
939 gostaria que pelo menos a moção fosse mudada, Presidente.

940 A Sra. Secretária Executiva:- Desculpa, mas não seria o caso de uma reunião  
941 extraordinária, pela urgência? Aí caberia esses cinco dias que você comentou.

942 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Não,  
943 porque pode acontecer algo a nível mundial ou nacional, que vai acontecer muito próximo  
944 da reunião e você pode apresentar uma moção. Então, assim, a moção é uma questão  
945 muito relativa, a gente vê em outros Conselhos, que a gente pode apresentar moções até  
946 para o plenário, se for o caso, entendeu? Moção é uma coisa muito emergencial, é muito  
947 corriqueira acontecer uma moção próxima de uma reunião ou na reunião. Então, pelo  
948 menos um dia de prazo para moção. É isso que eu solicito à Presidência e ao plenário.

949 A Sra. Presidente:- Entendi. Eu nunca vi fazer uma excetuação. Eu participo de  
950 vários outros Conselhos, assim como o Conselheiro Arthur e diversos outros Conselheiros  
951 aqui. Lari, não sei se tecnicamente isso é viável, fazer uma excetuação? Se algum outro  
952 Conselheiro quiser se manifestar, porque como a moção, se for o caso, pode entrar  
953 inclusive em outros assuntos, devido a urgência, enfim, se quiser trazer para deliberação,  
954 a moção é um tanto distinta.

955 Volte, por favor, no Art. 7º, Lari, só para a gente ver como está descrito ali. “Art.  
956 7º ... proposta de resoluções, emendas, requerimentos ou moções, no prazo da convocação  
957 das reuniões, previsto no Artigo 1º.”

958 Algum outro Conselheiro gostaria de se manifestar, em relação à proposta do  
959 Conselheiro Artur, que a gente excetue moção, que possa ter um prazo mínimo de cinco  
960 dias para ser enviado, no caso das reuniões ordinárias?

961 A Sra. Secretária Executiva:- Presidente, ali no Parágrafo 1º a gente tem que  
962 “Excepcionalmente, as proposições apresentadas após o prazo referido no caput, poderão  
963 ser objeto de análise na própria reunião, conforme deliberação do plenário, em razão de  
964 urgência e relevância da matéria”.

965 A Sra. Presidente:- Acho que contempla a moção.

966 A Sra. Secretária Executiva:- Exatamente.

967 A Sra. Presidente:- Perfeito, no Parágrafo único. Arthur, você está de acordo que  
968 contempla, se for por deliberação em plenária a moção, no caso?

969 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Eu  
970 colocaria, não deixar rígido, porque daí tem uma dubiedade aqui, fica confuso. Então,  
971 tirar a moção do Artigo 7º e colocar “excepcionalmente as proposições, ou até moções,  
972 apresentadas após o prazo referido”. Porque eu acho que fica muito rígido uma moção,  
973 entendeu?, ter esse prazo, assim, fechado.

974 A Sra. Presidente:- Mas está excepcionalizando para qualquer um, para  
975 requerimento, para moção, para resolução, para emenda. A gente tem o prazo, que é o

976 prazo regimental, e para qualquer uma das proposições que você vier a fazer,  
977 eventualmente, ...

978 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Então, vou  
979 colocar assim, Presidente: “Excepcionalmente proposições e moções, apresentadas após  
980 o prazo...” Porque aqui só está falando de proposições e não moções. Então, colocar  
981 moções aqui, excepcionalmente proposições e moções. Daí sim.

982 A Sra. Presidente:- É que a proposição, Conselheiro Arthur, entra ali: “Na forma  
983 de propostas de resoluções, emendas, requerimentos ou moções.” Tudo é proposição. A  
984 proposta de. A proposição é o quê? É a proposta. Então, é uma proposta de resolução,  
985 uma proposta de emenda, uma proposta de requerimento ou uma proposta de moção.

986 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Ok. Está  
987 certo.

988 A Sra. Presidente:- Só para a gente não repetir, por isso são as proposições  
989 apresentadas, seja qualquer uma das quatro elencadas acima.

990 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Está certo.  
991 Está esclarecida a dúvida. Mantém-se como se encontra.

992 A Sra. Presidente:- Ok. Obrigada, Arthur. Mais alguém tem alguma colocação?  
993 (Pausa). Em não tendo, então eu passo...

994 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Eu só peço  
995 um minuto, Presidente, para eu dar uma lida na questão das eleições dos membros.  
996 Poderia repetir sobre a questão da eleição dos membros só para a gente deixar mais claro.

997 A Sra. Presidente:- Lari, pode colocar o artigo, por favor?

998 A Sra. Secretária Executiva:- Então, aqui no Art. 5º fala: “Os Conselheiros, na  
999 forma legal, quanto à sua natureza, serão designados por suas respectivas instituições e  
1000 segmentos para ocupar as cadeiras do CERH, conforme disposto no Artigo 3º do  
1001 Regimento Interno.” As cadeiras já estão estabelecidas em decreto, e lá a gente tem  
1002 também a questão das ONGs. Então, o que a gente traz aqui, no âmbito do Conselho,  
1003 porque é de competência do Conselho, como é feita a indicação nominal de quem vai  
1004 representar a instituição, que no caso as instituições e os segmentos indicam as pessoas  
1005 que vão ocupar as cadeiras do CERH. Não sei se está claro?

1006 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Está claro.  
1007 Eu acho que deveria, para nós, como terceiro setor... Tudo bem: “Os Conselheiros, na  
1008 forma legal, quanto à sua natureza, serão designados por suas respectivas instituições e  
1009 segmentos para ocupar as cadeiras do Conselho, conforme disposto no Artigo 3º do

1010 Regimento Interno.” O Artigo 3º do Regimento, diz: “As reuniões serão observadas o  
1011 pedido de ordem, verificação...”

1012 A Sra. Presidente:- O Art. 3º diz: “As instituições do Poder Público e demais  
1013 segmentos, a organização administrativa e o funcionamento do Conselho, serão  
1014 estabelecidos em decreto do Governador.”

1015 Então, o decreto que estabelece quais são as Secretarias ou autarquias que  
1016 participam, enquanto Poder Público, e quais são os demais segmentos. Já está lá no  
1017 decreto que diz quais são as organizações. Então, como você vê, a gente não pode tratar  
1018 da eleição aqui porque esse é o Regimento Interno, e a eleição tem um espaço em uma  
1019 outra localidade, que é como foi efetuado agora a eleição de vocês.

1020 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Sim.

1021 A Sra. Presidente:- Aqui é só como a gente opera a questão funcional do Conselho.  
1022 Então, no Art. 5º diz apenas que eles são designados pelas suas instituições. No caso das  
1023 organizações não governamentais, tem o processo da eleição que está determinado em  
1024 um outro documento.

1025 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Tranquilo.  
1026 Sem objeção.

1027 A Sra. Presidente:- Obrigada, Conselheiro Arthur. Algum outro Conselheiro ou  
1028 Conselheira gostaria de fazer a sua manifestação em relação ao Regimento Interno?  
1029 (Pausa). Em não tendo mais nenhuma manifestação, eu passo, então, para deliberação do  
1030 Regimento para aprovação. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários...

1031 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente,  
1032 só um momentinho. Antes da aprovação, colocar na última parte que qualquer mudança  
1033 do Regimento e/ou mudança do decreto, que seja averiguado pelo Conselho. Colocar na  
1034 última parte aí, que qualquer mudança no Regimento ou do decreto, por parte do  
1035 Executivo, deve passar pela análise do Conselho.

1036 A Sra. Secretária Executiva:- Ali, nas disposições finais, não sei se você chegou a  
1037 dar uma olhada, está descrito no Artigo 69 - “O Regimento Interno poderá ser alterado  
1038 mediante proposta de um quinto dos Conselheiros e aprovada por metade mais um dos  
1039 membros do Plenário.”

1040 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Artigo 69,  
1041 eu vi ali. Mas ali também colocar que o decreto deverá passar pela análise do Conselho  
1042 também, em respeito ao Conselho.

1043 A Sra. Secretária Executiva:- Eu entendo, Arthur, que pela competência do  
1044 Regimento Interno, a gente não pode dispor sobre como o Governador faz os decretos  
1045 dele.

1046 A Sra. Presidente:- Sim. A gente não tem autonomia legal para dispor disso, a  
1047 gente não pode dizer que decreto tem que passar pela nossa avaliação.

1048 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Autonomia  
1049 do Executivo não, mas o Executivo pode consultar o Conselho. Ele pode fazer uma  
1050 consulta. Aqui pode colocar que fica a critério do Governo fazer a consulta.

1051 A Sra. Secretária Executiva:- Mas acredito que não seja objeto do Regimento.

1052 A Sra. Presidente:- Acho que não é objeto do Regimento Interno, Conselheiro  
1053 Arthur. Desculpa, mas não é objeto.

1054 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Não. O  
1055 Regimento Interno pode solicitar, o Regimento Interno coloca que fica..., o Conselho  
1056 pode analisar os decretos do Governador. Nesse caso, porque é discricionário o  
1057 Governador mandar ou não, mas o Regimento Interno pode dizer que, caso o Governo  
1058 encaminhe qualquer tipo de decreto, seja analisado, entendeu?, nesse Regimento.

1059 A Sra. Presidente:- Acho que isso é pauta de reunião do Governador decidir se vai  
1060 encaminhar. Isso é prerrogativa, eu não posso alterar, isso é inconstitucional até. A gente  
1061 não pode. É prerrogativa do Poder Executivo elaborar as suas normativas. Então, assim,  
1062 se for de âmbito do Conselho, está disposto aqui que tem que ser votado e aprovado por  
1063 metade mais um dos membros dessa Plenária. O que é do Poder Executivo infelizmente  
1064 a gente não pode incluir. Por isso passou pela revisão da nossa assessoria jurídica, a  
1065 normativa legal. É importante destacar que a Dra. Edneia, do nosso Jurídico, fez toda uma  
1066 avaliação. Então, a questão de decreto é competência do Governador. A gente não pode  
1067 falar sobre isso no nosso Regimento.

1068 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Ele é de  
1069 competência do Governador, é competência do Executivo, porém, o Conselho pode  
1070 avaliar a sua composição, entendeu?, sobre a alteração da composição. Então, isso é uma  
1071 preocupação. Então, seguinte: o Regimento Interno pode determinar que se avalie o  
1072 decreto do Governo, qualquer tipo de alteração da composição do Conselho.

1073 A Sra. Presidente:- A instância é diferente, Conselheiro Arthur. Eu não consigo  
1074 inserir isso aqui, porque a instância do Conselho está abaixo do Poder Executivo do  
1075 gabinete do Governador. Eu não tenho como dizer que o Governador só pode fazer valer



1076 um decreto se o Conselho aprovar. É competência do Governador. É de competência do  
1077 Governador fazer a nomeação. A gente está lá atrás, está bom?

1078 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Vamos  
1079 tocar para frente e, assim, na próxima a gente tenta colocar uma proposição dentro do  
1080 Conselho para... Há competência do Governador, porém, há também competência do  
1081 Conselho, que qualquer tipo de alteração do Conselho... Por exemplo, no Conselho da  
1082 Criança e do Adolescente existe lá uma forma que o decreto tem que passar por análise  
1083 do Conselho. No Conselho de Segurança Alimentar em Curitiba tem isso também,  
1084 entendeu? O Prefeito não pode fazer... Ele pode fazer discricionariamente, mas ele tem  
1085 que fazer uma consulta, certo? Antes dele fazer o decreto ele tem que fazer uma consulta,  
1086 e daí fica discricionário se ele aceita a consulta ou não do Conselho. Então, a gente pode  
1087 colocar uma resolução que ele tenha a obrigatoriedade de fazer a consulta do Conselho.  
1088 Se tiver essa determinação, ele tem que fazer a consulta, correto? Tá. Agora, se ele vai  
1089 aceitar a consulta ou não, é critério discricionário do Governo do Estado se ele aceita ou  
1090 não a consulta.

1091 A Sra. Presidente:- Entendi. Mais alguma outra...

1092 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Sra. Presidente.

1093 A Sra. Presidente:- Pois não, Lorenzon.

1094 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Só uma lembrança para  
1095 facilitar a degravação depois. Está tendo diálogo sem a identificação das pessoas, depois  
1096 vai ficar difícil de fazer a ata.

1097 E só queria lembrar, acalmar o Conselheiro, que a gente, discordando de um  
1098 decreto, a gente pode fazer uma moção, pode fazer uma recomendação, pode fazer um...  
1099 só não podemos querer governar no lugar do Governador. A discricionariiedade é ele  
1100 fazer, independente de parecer, inclusive de PGE. Ele tem uma discricionariiedade na ação  
1101 dele. Então, não vejo muito sentido do Conselho rever isso, tem a PGE, tem o núcleo  
1102 jurídico da Casa Civil que faz isso. Então, é uma instância muito superior a este Conselho  
1103 e a gente entraria num caso de ilegalidade, de verdade, nesta disposição.

1104 A Sra. Presidente:- Obrigada, Conselheiro Lorenzon. Pois não, Conselheiro  
1105 Arthur.

1106 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Eu entendo,  
1107 Lorenzon.

1108 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Arthur, identifique-se.

1109 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Arthur,  
1110 CEDEA. Sou bem pacífico em relação a isso, mas existe Conselho sim, e o Governador,  
1111 ao emitir o decreto, certo?, ele pode passar por avaliação, por consulta ao Conselho.  
1112 Existe isso, existe em outros Conselhos. É discricionário? É. De fato é discricionário. O  
1113 Governador faz ou não faz, mas se tiver uma resolução que qualquer tipo de decreto com  
1114 mudança ao Conselho, o Governador consulta o próprio Conselho que ele está fazendo a  
1115 modificação. Ele faz a consulta. Agora, se vai aceitar a consulta ou não, é a critério dele,  
1116 é discricionário dele, é discricionário do órgão dele, se ele for fazer.

1117 Então, é possível sim fazer a consulta, como acontece em outros Conselhos. É o  
1118 Conselho de Segurança Alimentar, o Conselho da Criança e do Adolescente e em tantos  
1119 outros municípios existe isso, quanto a essa consulta. Não há obrigatoriedade de assumir  
1120 a consulta, mas a consulta pode ser feita. Só isso. É uma observação, mas a gente deixa  
1121 para a próxima essa discussão mais ampla. Muito obrigado, Presidente. Tocamos para a  
1122 frente a pauta. Obrigado.

1123 A Sra. Presidente:- Obrigada, Conselheiro Arthur. Então, em não havendo mais  
1124 manifestações, eu coloco para aprovação o Regimento Interno. Os favoráveis  
1125 permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa). Então, está APROVADO  
1126 o Regimento Interno. Obrigada, Larisseane, pela dedicação do seu trabalho. A gente sabe  
1127 que não foi uma questão muito simples reestruturar tudo o que era necessário de ser  
1128 reestruturado, então agradeço, mais uma vez, o seu trabalho.

1129 Larisseane, pergunto, teria mais algum item da pauta da tarde que você entende  
1130 que poderia ser apresentado agora de manhã, ou o restante deixamos para tarde?

1131 A Sra. Secretária Executiva:- No momento, eu acredito que não, Presidente,  
1132 porque as duas apresentações, que é do enquadramento e para fazer o Comitê são de duas  
1133 pessoas que agendaram a parte da tarde realmente. A gente conseguiu adiantar bastante a  
1134 pauta, mas essas duas partes acho que só para a parte da tarde mesmo.

1135 A Sra. Presidente:- Perfeito. Então, eu agradeço a todas as Conselheiras e a todos  
1136 os Conselheiros e reforço que retornamos às 14h, então é importante...

1137 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Sra. Presidente.

1138 A Sra. Presidente:- Pois não, Conselheiro Lorenzon.

1139 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Temos dois minutinhos  
1140 para Assuntos Gerais? Seria relativo à pauta da última e dessa reunião.

1141 A Sra. Presidente:- Pois não. Pode falar.

1142 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Eu só queria fazer uma  
1143 consideraçãozinha bem rápida e no final uma sugestão. Vendo a composição do atual  
1144 Conselho, eu particularmente estou no Conselho desde 2000, então a gente tem uma  
1145 perspectiva histórica do processo de construção da gestão compartilhada e do  
1146 fortalecimento da gestão do Sistema de Recursos Hídricos.

1147 Agora, eu não sei se isso é claro para todos os Conselheiros, sabe?, o processo de  
1148 construção dos instrumentos, desde o plano, os instrumentos de gestão, outros, cobrança,  
1149 os planos de bacia, a passagem da função de agência de águas para o Instituto de Águas,  
1150 mais de dez anos depois da lei estar aí. Então, talvez, o Águas pudesse fazer, o Instituto  
1151 Água e Terra, na seção específica Águas, fazer uma determinada contextualização desse  
1152 processo de construção, porque hoje alguns Conselheiros podem ver algum tipo de  
1153 problema e não consegue perceber o quanto a gente caminhou nesses últimos dez anos,  
1154 nos últimos cinco anos, nos últimos quatro anos, mesmo com todos os problemas de  
1155 estrutura, de estruturas no Instituto Águas, física, de falta de pessoas, de repassar gestão  
1156 de bacia de água, o número de funcionários. Colocar uma perspectiva histórica, porque  
1157 me lembro na nossa reunião 34, o Conselheiro da Arayara queria, por questão específica  
1158 de um artigo do Progestão, que seria uma avaliação um pouquinho abaixo do que seria  
1159 do Comitê de Bacia do Jordão, queria tomar uma providência administrativa, sendo que  
1160 tem a instância do Comitê de Bacia que está apoiando esses Comitês, que tem os trabalhos  
1161 realizados.

1162 Então, colocar essa perspectiva histórica da construção desses instrumentos, a  
1163 nossa função de fortalecimento desses Comitês de Bacias e muito mais instrumentalizar  
1164 a ação deles do que cobrar alguma coisa especificamente. E colocar também um  
1165 historicozinho do que seria o Progestão, do que seria o Procomitês, sabe?, só para clarear  
1166 um pouquinho na cabeça dos Conselheiros, que talvez o pessoal que está sendo  
1167 Conselheiro mais novo está tendo alguma dificuldade na questão de ver esses  
1168 documentos, o que seria a autoavaliação, seria o recurso da ANA, a autodeclaração que  
1169 teria recursos do Estado. Só colocar isso para tranquilizar as pessoas que, às vezes, uma  
1170 execução, como o Jordão lá teve 75% num item específico, não significa que ele não está  
1171 cumprindo a função dele como Comitê de Bacia.

1172 Então, seria uma sugestão, se pensar num pequeno documentozinho que desse  
1173 essa perspectiva histórica e clareasse alguns desses, principalmente o Progestão e o  
1174 Procomitês. Obrigado.

1175 A Sra. Presidente:- Obrigada, Conselheiro Lorenzon. Scroccaro, então, fica a  
1176 sugestão, eu acho que por parte da sua equipe, para que seja efetuada na próxima reunião  
1177 uma pequena apresentação, para as próximas reuniões para que seja efetuada essa  
1178 apresentação para nivelamento da atuação dos Conselheiros.

1179 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro:- Ok. Já anotei aqui, a gente vai fazer um  
1180 historicozinho com uma apresentação com tópicos, item por item, dizer como é formado  
1181 o Comitê de Bacia, dar uma noção geral de todos os instrumentos de gestão de recursos  
1182 hídricos e como estão, o que é Procomitês, o que é Progestão e as ações que estão sendo  
1183 feitas, inclusive, a participação dos nossos grupos aqui em sala de crise, dessa crise que  
1184 nós estamos passando aí. Nós vamos fazer um histórico de todas as ações que estamos  
1185 desenvolvendo e como está a gestão de recursos hídricos no Estado do Paraná e em nível  
1186 nacional. Ok?

1187 A Sra. Presidente:- Ok., Scroccaro. Muito obrigada. Então, agradeço, mais uma  
1188 vez, o tempo, a dedicação de cada um dos senhores e senhoras Conselheiros e  
1189 Conselheiras, e aguardo todos vocês para o nosso retorno, às 14h. Vamos tentar ser  
1190 pontuais para que a gente possa começar no horário e vencer a pauta que está prevista  
1191 para o período da tarde. Mais uma vez, agradeço. Obrigada, Lari. Até daqui a pouco,  
1192 gente! Obrigada.